

A EXTENSÃO COMO LUGAR DE POTENCIALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR

*THE UNIVERSITY SOCIAL WORK AS A "PLACE" OF THE
EMPOWERMENT OF THE POPULAR EDUCATION*

Maurício Mogilka

Professor Adjunto de Didática da UFBA
mmogilka@ufba.br

A esperança sempre foi uma das forças dominantes das revoluções e das lutas sociais; eu ainda sinto a esperança como a minha concepção de futuro.

Jean-Paul Sartre

A extensão universitária e os dilemas da intervenção social

Este artigo analisa a ideia de que uma das funções da extensão universitária é potencializar, enriquecer e expandir este paradigma de trabalho social denominado *educação popular*. Para isso, o texto expõe inicialmente algumas ideias sobre a extensão e sobre certos princípios metodológicos para orientar os trabalhos de intervenção social. Em seguida o artigo apresenta a base teórica, os objetivos, a realização e os resultados do projeto de extensão “Educação e libertação”, desenvolvido durante nove anos pelo autor deste artigo, que atuou como coordenador e mediador. Primeiramente o projeto ocorreu na Universidade Estadual da Bahia, no período de 2005 a 2009, e posteriormente na Universidade Federal da Bahia, entre 2009 e 2014, sempre na cidade de Salvador. O relato e análise aqui apresentados se referem apenas ao segundo período.

Muito se tem falado e questionado quanto à validade, natureza e reais resultados alcançados pelas atividades de extensão universitária. Como qual-

quer campo de atividade humana, elas também estão sob questionamento e análise constante, inclusive porque estes questionamentos representam um dos mais importantes fatores para a reflexão e o avanço das ações sociais.

É justamente este constante questionamento que permite aos grupos que atuam neste campo trabalhar para superar problemas persistentes na área, entre os quais poderíamos citar como os mais urgentes: 1. Baixo financiamento estatal e insuficiência de políticas públicas na área; 2. O assistencialismo; 3. A ação sem apoio teórico e reflexivo; 4. A despreocupação com o desenvolvimento subjetivo dos envolvidos; 5. O autoritarismo na relação com os grupos populares; 6. A idealização das comunidades e da cultura popular.

A educação popular e os movimentos sociais apresentam uma enorme riqueza de situações, problemas e contradições para as quais as próprias práticas não podem preparar integralmente. Por isto as atividades de extensão universitária são potenciais oportunidades para ampliar a capacitação profissional, expandir a consciência crítica sobre os dilemas da prática e desenvolver mais amplamente as habilidades educativas. Estas atividades são momentos onde é possível aprofundar temas específicos, nascidos da experiência prática, mas não esgotáveis por ela.

Por esta capacidade singular, de unir teoria, prática e sensibilidade, a área de extensão tem sido cada vez mais valorizada, seja como instrumento de contribuição social por parte da universidade, seja como momento de reflexão teórica na prática. Além disto, a extensão também enriquece a própria universidade, pois os participantes das comunidades externas, ao interagir com os alunos e profissionais da instituição, trazem importantes questões e problemáticas de quem já está na prática há alguns anos.

Por isto, os projetos de extensão universitária que se voltam para a capacitação de agentes sociais se constituem em efetivos fóruns permanentes de desenvolvimento destes agentes, e assim contribuem para que a universidade pública realize a sua vocação potencial para ser um espaço de participação democrática.¹ Ou seja, um local público onde as

¹ Democracia aqui neste artigo refere-se aos processos e às propostas de democracia participativa e direta, e não à manutenção do modelo elitista e anti-participativo de democracia representativa dominante nas sociedades capitalistas; nem tampouco se refere ao modelo supostamente participativo vigente nos regimes de socialismo burocrático, partidário e ultra-centralizado, como foram a União Soviética e a Polônia, ou são atualmente a China ou a Coreia do Norte.

pessoas possam se reunir para debater ideias, dialogar sobre questões sociais e elaborar alternativas de ação, ao mesmo tempo que desenvolvem suas subjetividades.

Nestes espaços, o debate pode frequentemente se estabelecer fora do controle do poder instituído, de tal forma que o logos coletivo seja poiético, isto é, capaz de gerar ação criativa e não rotineira. Deste modo, as coletividades podem gerar novos sentidos e novas soluções para as contradições sociais vividas no duro cotidiano capitalista, bem como novas formas de enfrentamento com os poderes conservadores.

Exemplo de locais que muitas vezes se convertem em espaços de participação democrática, são alguns cafés, bares, centros culturais, associações de bairro, clubes, sindicatos, ONCs e agremiações políticas (partidos, grêmios escolares, DCE's, DA's). Contudo, muitas vezes esta potencial vocação não se consolida, pois estes espaços de participação não dependem apenas de quantidade de pessoas, alguma atividade atrativa e interesse pelas questões sociais: elas necessitam de uma ambiência de liberdade de expressão política e relações igualitárias entre os seus participantes.

Estes espaços públicos eram razoavelmente numerosos durante o século 19, mas foram perdendo a sua força ao longo do século 20, pela expansão progressiva de meios mais sofisticados e massificantes do poder capitalista. Estes meios invadiram vastos domínios da vida pública e privada, difundindo discursos favoráveis ao capital onde não era possível o domínio físico ou a cooptação material. Entre estes meios, podemos citar o rádio, o shopping e a televisão. Nos momentos em que estes meios não conseguiram desmobilizar a participação das pessoas nos espaços democráticos, estes foram invadidos e destruídos, como ocorreu no Brasil durante a ditadura militar.

Posteriormente, a partir do início dos anos 90 no Brasil, o esvaziamento destes locais públicos de debate e o afastamento entre as pessoas foi maximizado pelo complexo processo da globalização. Este fenômeno tem uma vertente cultural, responsável pela difusão ampliada dos valores característicos à moral capitalista: consumismo, competitividade, individualismo e mercantilização da vida. A difusão cultural destes valores é essencial para favorecer a penetração do domínio econômico nos mercados do terceiro mundo, com o mínimo de resistência por parte das subjetividades.

Se revitalizados, estes espaços de participação podem desempenhar um papel importante na luta contra esta e outras formas de domínio. Estes locais podem se converter em lugares onde se desenvolvam modalidades alternativas de interpretar e recriar as relações e as práticas sociais. Através do exercício da imaginação social, diferentes grupos sociais encontram aí um local e um momento para construir possibilidades de sociedades mais justas, igualitária e éticas,² e descobrir quais seriam os caminhos e lutas para que estas sociedades sejam possíveis.

Nestes espaços podem se reunir diferentes sujeitos, como alunos, artistas, acadêmicos e ativistas sociais, de modo a explorar possibilidades de transformação em diferentes espaços sociais. Dado o potencial político destes espaços de participação para a radicalização da democracia participativa, se afirma então a importância de projetos universitários como estes aqui defendidos, favorecerem a revitalização destes locais físico-simbólicos. Este tipo de projeto contribui ampliando o espaço para o debate democrático-participativo na universidade, onde outros sujeitos possam também estar (os agentes sociais), além dos acadêmicos.

Este tipo de espaço e de formação permite à universidade aprender constantemente com o que vem ocorrendo fora dela, e também influenciar os sujeitos que atuam na área comunitária. Isto permite à universidade influir sobre questões que atingem diretamente o trabalho dos agentes sociais, como por exemplo a polêmica sobre a legitimidade ou não do ato de intervir socialmente. Há muitos, tanto na área social como acadêmica, que questionam esta possibilidade, pois a intervenção carregaria, sempre, aspectos paternalistas ou etnocêntricos, desrespeitando os valores e a cultura das comunidades. Contudo, tal temor é injustificado, pois toda interação humana intensa e genuína é modificadora, e para ambas as partes. O autoritarismo está no modo como a intervenção se dá e nas concepções políticas subjacentes ao trabalho, e não no fato de se provocar, junto com as coletividades, alguma mudança.

Por mais que um projeto de intervenção social seja democrático-participativo, ele pretende produzir algum tipo de avanço na qualidade da vida humana. Por mais que um grupo de profissionais construa as soluções junto

² O significado de ética, aqui, não se resume a seguir regras, leis ou normas socialmente instituídas, mas diz respeito às ações e políticas que têm relação direta com o bem estar e os direitos de todos os seres humanos, e se pautam por este princípio em suas estratégias.

com a comunidade, sem roteiro pré-definido e respeitando as suas referências, ainda assim se busca algum tipo de mudança. Pois esta é a própria razão de ser da extensão universitária.

Dando uma grande atenção ao modo e à concepção política que embasa nosso trabalho, podemos intervir junto com as comunidades populares, lado a lado, sem o temor de estar praticando “invasão cultural”. Este conceito, criado por Paulo Freire ainda nos anos 1960, é importante alerta para evitarmos a imposição de nossos valores e visão de mundo às comunidades com que trabalhamos. Contudo tem levado a equívocos por uma utilização muito literal, mesmo no próprio seio da educação popular. Isto tem despotencializado e reduzido a força da interação mediadores-comunidades, em muitas experiências pelo Brasil.

A questão de trazer ou não para a mediação elementais culturais externos à cultura popular é um ponto polêmico para todos os paradigmas de intervenção social que trabalham nas linhas não-ethnocêntricas e não-paternalistas. No caso deste paradigma específico, a educação popular, há dubiedade e flutuação no próprio pensamento original de Paulo Freire sobre esta questão.

Em textos como *Pedagogia do oprimido*, publicado pela primeira vez no Chile em 1970, o autor defende, a partir de uma proposição de Mao-Tsé-Tung, que a função do mediador é devolver de forma sistematizada, organizada e acrescentada aquilo que o povo lhe entregou de forma desestruturada. Em outras passagens do capítulo três deste livro fica clara uma posição que convida ainda mais à não-interferência na cultura popular. Contudo em outros textos, como o anterior *Educação como prática da liberdade*, o trabalho de mediação envolve trazer referências externas para enriquecer a cultura do grupo, inclusive convidando acadêmicos para os encontros, sempre de forma não invasiva e não autoritária.

Esta flutuação no pensamento de Freire criou, na minha interpretação, duas linhas de trabalho dentro da educação popular, no que se refere à forma de lidar com esta questão. Uma delas poderíamos chamar de *não-interferente*, na qual há um grande cuidado em não trazer referencias externas à cultura do grupo, e tentar elaborar a partir dela, internamente, um processo de conscientização. A outra linha, na qual eu trabalho, poderíamos chamar de *interferente*, pois aceita que ocorrerão alterações na cultura e valores do grupo (e dos

mediadores), que nenhuma cultura é estática e que estes enriquecimentos não podem ser autoritários.

O projeto *Educação e libertação*, sua realização e seus resultados

A capacitação para o trabalho comunitário, tanto em metodologias como em princípios e ideias, é um forte fator para a potencialização dos resultados dos projetos neste campo. Contudo, os profissionais e ativistas da área se ressentem de maiores oportunidades de formação e de intercâmbio para as suas práticas cotidianas. Embora as práticas sejam sem dúvida a principal finalidade e referência dos agentes sociais, estas práticas necessitam sempre estar em diálogo com situações reflexivas que as colocam em questão e as fazem avançar nas suas contradições.

As contradições do trabalho comunitário voltado para os movimentos sociais, no Brasil e na América Latina, se referem aos vários campos da ação: dificuldades de diálogo com os grupos populares; lacunas na formação dos agentes; problemas ao trabalhar com metodologias democráticas; falta de clareza com respeito às identidades e atribuições de cada parte; dificuldades de provocar mobilização. Tais contradições precisam ser compartilhadas e investigadas, em situações onde os agentes encontrem instrumentos, ideias e estímulos para avançar no seu trabalho cotidiano com os movimentos sociais.

Foi a partir destas questões que nasceu o projeto aqui analisado. Seus objetivos foram os seguintes: potencializar o caráter político e educativo do trabalho social; proporcionar capacitação teórica e metodológica aos profissionais e ativistas que trabalham nesta área; auxiliar os profissionais no processo de criar ou fortalecer espaços de reflexão sobre as práticas que realizam, aumentando a sua autoconfiança e a capacidade de superar coletivamente os desafios; fortalecer o desenvolvimento de atividades comunitárias que impulsionem as iniciativas populares no campo das lutas por direitos e nos processos de democracia participativa; fortalecer a participação popular no controle social das políticas públicas; contribuir para que os agentes sociais fortaleçam os processos de auto-organização das comunidades; ampliar o raio de ação da UFBA na área social na grande Salvador; criar um fórum de integração dos educadores e dos ativistas com a UFBA; contribuir para a instrumentalização da UFBA na área da intervenção social; reforçar e inte-

ragir com outros projetos e grupos já existentes na UFBA, estejam eles em formação ou já consolidados.

O apoio teórico do trabalho veio em parte das reflexões sociais e teóricas e da experiência social do coordenador do projeto, atuando como educador e trabalhador social desde 1985. Outro suporte importante deste projeto veio do humanismo crítico. Aqui este conceito foi tomado para denominar uma abordagem ampla, e não apenas uma teoria. Assim, foram utilizados diferentes autores ou correntes, desde que possuíssem características do humanismo crítico. Tais características são:

1. A centralidade do bem-estar de todos os seres humanos do planeta, na definição de políticas, finalidades e ações;
2. A crença na capacidade do ser humano, desde que encontre condições mínimas, se autogovernar coletivamente, não precisando de um poder externo para comandá-lo (classe dominante, tiranos, tecnocracia, religiões conservadoras; partidos);
3. A crença na capacidade do ser humano, ao se humanizar, desenvolver valores e formas de convivência solidárias, justas e identificadas com o bem comum e com as necessidades dos outros;
4. A ideia segundo a qual a realidade é transformável e não estática;
5. Trabalhar, na teoria e na prática, com os seres humanos concretos e não com uma essência abstrata e ideal de humanidade;
6. O princípio de que a transformação da realidade social é consequência da ação coletiva, e não de discursos, pensamentos ou afetos; contudo, as práticas humanas não se convertem em práxis sem o auxílio de discursos, ideias e afetos que transgridam de alguma forma o que está estabelecido pelo sistema opressor;
7. As teorias precisam contribuir na transformação da realidade, beneficiando a qualidade de vida dos setores populares nas sociedades contemporâneas; para atingir este engajamento, os teóricos precisam ser simultaneamente ativistas sociais, inseridos em algum projeto, comunidade ou movimento social com o qual se identifiquem; sem isto, fica comprometida a articulação teoria-prática-sensibilidade.

Logo, o suporte teórico precisou necessariamente fazer, durante o trabalho formativo com os agentes sociais, as associações entre o trabalho social e estruturas sociopolíticas, com um horizonte teórico mais extenso, em comparação com as correntes teóricas deterministas. Assim foi possível realizar as articulações citadas sem incorrer em perspectivas reducionistas, que estabeleçam uma hierarquia entre práxis e estruturas políticas: processos de liberação política não estão desvinculados do desenvolvimento pleno dos seres humanos, ou seja da humanização.³ Isto é condição fundamental para que transformações efetivas na realidade sejam possíveis, e não se restrinjam aos aspectos econômicos ou políticos-estatais, produzindo, assim, novas formas de opressão.

Dentro desta abordagem geral, aqui denominada humanismo crítico, a principal referência teórico-metodológica usada no projeto foram as teorias latino-americanas da libertação, ou seja, a pedagogia, a teologia e a filosofia da libertação.⁴ Estas teorias são utilizadas em uma grande quantidade de países do terceiro mundo. Contudo, ainda são insuficientes as oportunidades de capacitação para os educadores e ativistas sociais brasileiros terem acesso de forma intensiva e extensiva a estas teorias. A demanda é muito superior ao que as universidades tem oferecido. Ainda mais quando estas oportunidades têm caráter formativo, como foi o caso deste projeto.

As ideias principais e as metodologias sugeridas pelas teorias da libertação estão claramente na contra-corrente das forças políticas neoliberais e desumanizadoras da atual fase das sociedades capitalistas como a nossa. Trata-se de um pensamento libertário, profundo, amoroso, radical, mobilizador, revolucionário, anti-colonialista. Suas contribuições são inestimáveis no campo da alfabetização, formação, intervenção social, organização de comunidades. É imenso o seu valor para pensar as práticas sociais e as ideias que fundaram

³ Humanização é entendido aqui como o desenvolvimento do ser humano em todas as suas capacidades, dimensões e possibilidades, desde que não levem ao sofrimento ou opressão de si mesmo, de outros seres humanos ou outras formas de vida.

⁴ Libertação do ser humano, aqui neste texto, significa: libertação de todas as pessoas de uma sociedade, de todas as carências materiais, a não ser aquelas que atingem a todos, indistintamente; libertação de todas as formas de opressão política, de todos os privilégios e, por extensão, das desigualdades sociais; libertação de todas as limitações de acesso à cultura, à saúde e à educação de qualidade; libertação da escravidão mental, representada por preconceitos de qualquer natureza e por ideologias que visam manter as pessoas, especialmente os trabalhadores, presos aos interesses de outros.

o que chamamos de Brasil e América Latina, que são a nossa origem, nosso caldo cultural e nosso horizonte de felicidade.

São estas qualidades destas teorias que justificaram sua presença no suporte teórico do projeto. Os principais autores utilizados nesses cinco anos foram Carlos Rodrigues Brandão, Victor Valla, Paulo Freire, Enrique Dussel, Pablo Richard, Danilo Streck, João Francisco de Souza. Contudo, ainda outros autores, de outras linhas teóricas, também contribuíram com este projeto, como Karl Marx e John Dewey.

Quanto à metodologia, o projeto trabalhou a partir dos princípios analisados na primeira parte deste artigo. A metodologia do projeto pretendeu se constituir, no momento dos encontros, em um fórum de troca de experiências que permitisse aos participantes vivenciar modificações subjetivas e elaborar novas percepções da realidade social e da prática. Este ambiente de troca de experiências se deu não apenas com a UFBA, mas também entre os participantes. Desta forma, soluções e resultados que foram gerados em um local específico puderam ser socializados e inspirar a solução de problemas em outros locais. Isto é importante pois ajuda a quebrar o isolamento que muitas vezes atinge os movimentos sociais e os projetos comunitários.

Estes princípios metodológicos se concretizaram, neste projeto, através de cursos de formação para agentes sociais, desenvolvidos pelo coordenador do projeto. Estes cursos foram realizados de forma participativa e dialógica, em linguagem acessível e apropriada aos problemas que os participantes enfrentam em suas vidas cotidianas. Toda a metodologia do projeto se baseou no princípio de construir os conceitos e as soluções para a prática de forma coletiva, a partir das percepções iniciais do grupo.

Estes cursos de extensão universitária, com carga horária de 40 horas, foram realizados na UFBA. A intenção destes cursos foi efetivar um processo formativo, através da discussão-reflexão-vivência de temas que emergiram das falas dos participantes. Estes cursos reuniram diversos atores sociais, como alunos da UFBA e professoras da rede escolar, mas principalmente profissionais da área social, promovendo uma ambição de diversidade, mutualismo e troca de experiências. Embora de forma não sistemática e não intencional, foi se consolidando nos cinco anos do projeto uma sequencia metodológica nos cursos. Através dela a experiência formativa ocorreu em cinco momentos:

1º momento: Com o grupo em círculo, cada agente se apresenta. Ao fazê-lo, alem do nome e do local ou movimento em que atua, é convidado a falar sobre duas questões problematizadoras: 1º) O que você faz atualmente, ou o que já fez na área social?; 2º) O que te trouxe para este projeto? Qual o desejo, necessidade ou expectativa você tem com relação a este curso? O que espera encontrar aqui? Neste momento, outras pessoas acabam entrando no diálogo problematizador que se instaura, e o mediador começa a fazer as conexões das práticas e experiências com algumas questões teóricas e metodológicas;

2º momento: Há um aprofundamento da discussão teórica, metodológica e política, sempre em ambiente dialógico e com o grupo ainda em círculo. Novas questões surgem. Não há um roteiro pré-definido de que temas exataamente serão aprofundados: isso nasce da própria discussão coletiva, do logos, desde que o tema esteja dentro da proposta do projeto e seja da competência do mediador. Alguns temas que surgiram com mais frequência nos últimos grupos formados: relações entre educação popular e marxismo; a educação popular tem objetivos?; os fundamentos teóricos da educação popular; a educação popular tem metodologia?; como compatibilizar a construção coletiva da práxis com as exigências dos financiadores do projeto, se estes tem temporalidades distintas?; relações entre educação popular, estado e capital; a educação popular e as teorias da libertação; educação popular, modernidade e pós-modernidade;

3º momento: Formando pequenos grupos de 4 ou 5 pessoas, os agentes estudam e discutem um texto atualizado sobre educação popular, já previamente indicado pelo mediador e já tendo feito uma leitura prévia individual em casa. Neste momento os participantes tentam levantar por escrito as questões do texto que consideraram mais pertinentes, ou mais interessantes, ou mais problemáticas. O mediador atua aí apenas como assessor dos grupos;

4º momento: Novamente com o grupo disposto em círculo, ocorre o debate coletivo do texto, com as questões que cada grupo trás e a contribuições e ampliações trazidas pelo mediador;

5º momento: É exibido um vídeo sobre questões sociais ou políticas, e a partir deles instaurada uma discussão sobre as percepções do grupo. É o último encontro do trabalho e o curso é concluído.

Quanto aos resultados alcançados, do ponto de vista qualitativo, este projeto alcançou em um grau bom ou razoável a maioria de seus objetivos. Ele pretendia potencializar o caráter político e educativo do trabalho social, e muitos dos agentes sociais, como sabemos, não são educadores, mas assistentes sociais, sociólogos, psicólogos, enfermeiros, entre outras formações. Aliás, como verificamos com o trabalho durante os cursos, se preparam como educadores foi um dos motivos que levaram muitos dos agentes a buscarem este projeto. Outro objetivo foi proporcionar capacitação teórica e metodológica aos profissionais e ativistas que trabalham na área social, e este objetivo foi muito citado ao fim dos cursos como um dos maiores ganhos pelos participantes.

Um outro objetivo foi auxiliar os profissionais no processo de criar ou fortalecer espaços de reflexão sobre as práticas que realizam, aumentando a sua auto-confiança e a capacidade de superar coletivamente os desafios. Neste caso, o próprio curso constituiu um destes espaços de reflexão. Mas ouve também uma ênfase e um trabalho de instrumentalização para que os agentes pudessem lutar por isto em seus locais de trabalho e movimentos sociais em que atuam.

Outros três objetivos, a saber: fortalecer o desenvolvimento de atividades comunitárias que impulsionem as iniciativas populares no campo das lutas por direitos e nos processos de democracia participativa; fortalecer a participação popular no controle social das políticas públicas; e contribuir para que os agentes sociais fortaleçam os processos de auto-organização das comunidades, são difíceis de avaliar, pois ocorrem fora e longe do contato com o coordenador e mediador do projeto.

Algumas evidências neste sentido foram percebidas pelo relato de alguns agentes que já haviam participado do projeto e voltaram a participar meses ou anos depois. Contudo estes objetivos mais amplos e mais remotos, embora difíceis de avaliar, devem ter o seu valor reconhecido, pois eles orientam o trabalho com os agentes e os instrumentalizam a realizar estas finalidades nas suas comunidades e movimentos sociais.

Um outro campo de objetivos foi o seguinte: ampliar o raio de ação da UFBA na área social na grande Salvador; contribuir para a instrumentalização da UFBA na área da intervenção social; reforçar e interagir com outros projetos

e grupos já existentes na UFBA, estejam eles em formação ou já consolidados. Este campo de objetivos foi fartamente alcançado, conforme foi verificado durante estes cinco anos e doze grupos formados.

Muitos alunos da UFBA inseridos nos projetos de extensão da instituição ou em ACCS (Atividade Curricular em Comunidade e na Sociedade) participaram do projeto, buscando melhorar sua qualificação, inclusive porque muitos deles já haviam detectado sua vocação para o trabalho social. Muitos servidores que já atuam em ações sociais fora ou dentro da instituição também participaram, bem como estudantes de mestrado e doutorado com teses na área social. Também professoras da UFBA de diferentes faculdades (Nutrição, Enfermagem, Educação, Veterinária) com projetos na área comunitária ou orientando teses sobre este campo, estiveram no projeto, o que qualificou o seu trabalho mas também qualificou este projeto, com as suas contribuições, formações teóricas e experiências.

Finalmente, o último objetivo foi criar um fórum de integração dos educadores e dos ativistas sociais com a UFBA. Isto pode ser verificado pela constante busca de muitos agentes pelo projeto, indicando o mesmo aos colegas e mantendo desta forma, de maneira assistemática, um vínculo do projeto e da UFBA com os seus projetos e movimentos de atuação.

Alguns movimentos sociais, projetos e organizações que tiveram integrantes participando do projeto nestes cinco anos foram os seguintes: MSTB (Movimento dos Sem-Teto da Bahia), MST (Movimento dos Sem-Terra), organizações de assessoria jurídica popular, associações de bairro, movimento negro, movimento de mulheres, movimento pela educação popular em saúde, PSF (Programa de Saúde da Família), coletivos anarquistas, coletivos de atuação em áreas de reforma agrária, organizações de apoio a mulheres em situação de prostituição, pastoral da mulher, pastoral da criança, projetos de economia solidária e cooperativismo popular. Apesar de não ser o foco do projeto, este também recebeu a participação de educadores escolares (geralmente de escolas públicas) e agentes de organizações sociais ligadas a empresas (terceiro setor).

Do ponto de vista quantitativo, o projeto realizou, nos cinco anos de sua vigência, 12 cursos de extensão com agentes sociais, com 40 horas cada um. Houve uma média de 60 inscritos por curso, totalizando aproximadamente

720 agentes que se inscreveram no projeto nestes cinco anos. Contudo, a demanda por ele é muito superior, pois na maioria dos cursos houve muito mais interessados do que vagas (exceção apenas para os casos em que a inscrição se realizou no fim do ano, nos meses de novembro ou dezembro).

Na maioria dos casos, para cada 60 inscrições realizadas, 50 a 100 novas inscrições foram recusadas. Isto se deve à alta demanda formativa na área social, especialmente quando o trabalho formativo envolve a articulação de aspectos teóricos, metodológicos, de reflexão política e de desenvolvimento da subjetividade, como foi o caso deste projeto. As universidades, mesmo as públicas, não tem conseguido atender esta demanda, o que mostra a necessidade de projetos como este e a criação de outros.

Contabilizando o total de pessoas que chegaram ao fim de cada curso com direito ao certificado (75% de frequência), chegamos à quantia de 349 agentes, que dividido por 12 cursos, resulta em uma média de 29 agentes certificados por turma. Dividindo-se o número de 349 pelo total aproximado de inscritos (720), temos uma média de 48,5 %. Ou seja, quase metade dos inscritos chega ao final do curso com direito à certificação.

Os principais motivos detectados de desistência dos agentes foram os seguintes: dificuldades de conciliar as atividades profissionais com a participação no curso (um encontro semanal, mais as leituras); inconstância na situação profissional (estavam sem trabalho no inicio do curso, conseguiram no meio do curso); conseguiram projeto para trabalhar em outro município, mudaram de residência durante o curso; discordâncias com a metodologia participativa adotada (esperavam um curso mais acadêmico, mais conceitual); discordâncias com o foco do projeto, de natureza mais ampla e formativa (esperavam um curso mais metodológico, no sentido mais restrito do termo, onde aprendessesem técnicas para o trabalho com grupos populares, sem necessariamente passar por uma reflexão dos aspectos teóricos, éticos e políticos que interferem neste trabalho).

Resumo: Este artigo analisa a ideia de que uma das funções da extensão universitária é potencializar, enriquecer e expandir este paradigma de trabalho social denominado *educação popular*. Para isso, o texto expõe algumas ideias sobre a extensão e sobre certos princípios metodológicos para orientar os trabalhos de intervenção social. Em seguida o artigo apresenta a base teórica, os objetivos, a realização e os resultados do projeto de extensão “Educação e libertação”, desenvolvido na Universidade Federal da Bahia entre 2009 e 2014.

Palavras-chave: extensão universitária; educação popular; intervenção social.

Abstract: This article analyses the idea that one the functions of the university social work is empowerment, enrich and develop the paradigm of social work called popular education. To aim this purpose, the text analyses some ideas about the university social work and some methodological criteria to orient works of social intervention. After this, the article shows theoretical support, the goals, the accomplishment and the results of the project "Education and liberation", developed in the Universidade Federal da Bahia between 2009 and 2014.

Keywords: university social work; popular education; social intervention.

Referências

- BRANDÃO, Carlos. Pensar a prática. São Paulo: Loyola, 1984.
- BRANDÃO, Carlos. O que é educação popular. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DEWEY, John. Liberalismo, liberdade e cultura. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1970.
- DEWEY, John. Pode a educação participar na reconstrução social? Currículos sem fronteiras. (2): 189-193. Jul/dez, 2001 (online): www.curriculosemfronteiras.org
- DUSSEL, Enrique. Filosofia da libertação: crítica à ideologia da exclusão. São Paulo: Paulus, 2005.
- FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- FREIRE, Paulo. Conscientização. Teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980a.
- MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. (col. Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- MARX, Karl. A ideologia alemã. Lisboa: Presença, 1975.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. Petrópolis: Vozes, 1988.
- RICHARD, Pablo. Força ética e espiritual da teologia da libertação no contexto atual da globalização. São Paulo: Paulinas, 2006.
- RICHARD, Pablo. A igreja latino-americana entre o temor e esperança. São Paulo: Paulinas, 1982.
- SOUZA, João Francisco. *Educação popular e movimentos sociais no Brasil*. In: CANÀRIO, Rui (org.). *Educação popular e movimentos sociais*. Lisboa: Educa, 2013.
- STRECK, Danilo. A educação popular e (re)construção do público. Há fogo sob as brasas? Revista Brasileira de Educação. n. 32, p. 272-284, 2006.
- VALLA, Victor. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro, n. 14, p. 7-18, 1998.
- VALLA, Victor. A crise de interpretação é nossa: procurando compreender a fala das classes subalternas. Educação & Realidade. Porto Alegre, n. 21, p. 177-190, 1996.

Recebido em Junho de 2017

Aprovado em Setembro de 2017